

Technology and innovation in public management: facing crises with transparency and popular participation under Law No. 13,979/2020

 rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/piratelli20



Authors

- João Paulo Machado Piratelli Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
- José Osório do Nascimento Neto Faculdade Estácio (Curitiba, Paraná, Brasil)

DOI:

<https://doi.org/10.48143/rdai.20.jp.piratelli>

Keywords:

Pandemic, Transparency, Bidding, Corruption, Public procurement

Abstract

The investigation analyzes the actions of the public administration related to Law No. 13,979/2020, aims to emphasize the existence of regulatory innovation in the hiring procedure and highlight how technology can help management towards crisis resolution, ensuring transparency in decisions and popular participation in oversight. It is delimited in the federal management scope, with a cut in the period from March/2020 to June/2021. It was structured from specific cases where the inductive method was applied, aided by the analysis procedure through systematic review of documents (scientific articles, news journals and official data). It begins by demonstrating the main changes resulting from the change in the emergency public contracting regime. It develops listing the innovations brought by the law and the impact suffered by the management in direct hiring due to the need to face the pandemic crisis. It highlights the flexibilization and new policies created by the federal government, as well as projects created by organized civil society so that the contracts carried out could occur in a transparent manner. It highlights observing the practical application as technological tools can help in the management process, and even provide the creation of a more participative and transparent culture. It shows how the popular initiative is contributing to the management of the collective public good, increasing popular inspection and combating the diversion of public resources. It presents cases of illegality in hiring disclosed in the press that led to action by inspection agencies and the police, and describes the main work carried out by federal

control agencies. It lists actions to combat deviations related to the pandemic. In the conclusion, he comments on how artificial intelligence and technology provide transparency in public contracts. Finally, he considers that the pandemic has boosted the need for greater transparency in public contracts, the imminent need for advancement in the form of administration, and also, how technology serves in accountability, in anti-corruption measures and in participatory management.

Author Biographies

João Paulo Machado Piratelli, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Direito Econômico e Socioambiental na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil). Coursou especialização em Sistema de Justiça Criminal pela Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU (Brasília, Distrito Federal, Brasil) e especialização em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera Uniderp. Bacharel em Direito titulado pela Faculdade de Direito da UniCuritiba, Centro Universitário de Curitiba. Atua como assessor no Ministério Público Federal.

 [0000-0003-3950-7733](https://orcid.org/0000-0003-3950-7733) | joao.paulo.mp@hotmail.com

José Osório do Nascimento Neto, Faculdade Estácio (Curitiba, Paraná, Brasil)

Professor Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Estácio (Curitiba, Paraná, Brasil). Professor Pesquisador de Direito Administrativo no Centro Universitário Autônomo do Brasil. Doutor em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR com estágio de pós-doutorado em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

 [0000-0002-1798-4603](https://orcid.org/0000-0002-1798-4603) | osorio.nascimento@gmail.com

References

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. Tribunais de contas – natureza, alcance e efeitos de suas funções. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 391-407, 2021. DOI: 10.48143/rdai/16.bandeirademello. Disponível em: [<https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/278>]. Acesso em: 02.08.2021.

BARCELLOS MALIN, A. M.; DOS SANTOS ALVES, T.; MELO QUINTSLR, M. M.; NETO MACHADO, L.; DA COSTA MAIA LOPES, B.; DE JESUS MOREIRA, D. L.; CARDOSO GOMES, J. COVID-19: acesso à informação pública no Brasil – Relatório de Pesquisa. Liinc em Revista, v. 16, n. 2, p. e5370, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5370. Disponível em: [<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5370>]. Acesso em: 30.06.2021.

BBC COVID map: Coronavirus cases, deaths, vaccinations by country. BBC, 2021. Disponível em: [<https://www.bbc.com/news/world-51235105>]. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL, Cristina Indio do. Operação Placebo aprofunda investigações sobre corrupção na saúde: São cumpridos 12 mandados de busca e apreensão em SP e no Rio. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 26 maio 2020. Disponível em:

[<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/operacao-placebo-aprofunda-investigacoes-sob> Acesso em: 29.06.2021.

CARVALHO, Mariana Oliveira de. Princípio da transparência no novo direito administrativo. Revista Controle – RTCE, ano 16, n. 13.1, p. 108-124, jan.-jun. 2015. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/periodico/161/21061/37980>]. Acesso em: 29.06.2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Painel contratações relacionadas à Covid-19. Brasília, 2021. Disponível em: [<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTEoNzc4NDctMTIoOCooOWVjLThjMmQtM2U3MTFkY2U2MTU2> Acesso em: 27.06.2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU recuperou R\$ 7,1 bi de fraudes no auxílio emergencial: Ministro Wagner Rosário foi entrevistado no Sem Censura. In: Agência Brasil. Brasília, 28 jun. 2021. Disponível em: [<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/cgu-recuperou-r-71-bi-de-fraudes-no-auxilio-em> Acesso em: 02.07.2021.

COVAXIN: Entenda as suspeitas sobre compra da vacina pelo governo Bolsonaro. In: BBC News: Brasil, 28 jun. 2021. Disponível em: [<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57639980>]. Acesso em: 01.07.2021.

CROQUER, Gabriel. Em 1 ano, PF investiga mais de R\$ 2 bi em supostos desvios da Covid: Foram realizadas 76 operações, com 1.160 mandados de busca e apreensão, 12 prisões preventivas e 135 prisões temporárias. R7: Novo Coronavírus. Brasil, 21 abr. 2021. Disponível em: [<https://noticias.r7.com/brasil/em-1-ano-pf-investiga-mais-de-r-2-bi-em-supostos-desvios-da-COVID-2> Acesso em: 29.06.2021.

DESORDI, D.; BONA, C. D. A inteligência artificial e a eficiência na administração pública. Revista de Direito, v. 12, n. 02, p. 1-22, 2020. DOI: 10.32361/202012029112. Disponível em: [<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/9112>]. Acesso em: 30.06.2021.

ESTRATÉGIA integrada do Governo Federal resulta em 70 operações policiais contra fraudes no Auxílio Emergencial: Nesta quinta-feira (29.04), uma nova ação da Polícia Federal em sete estados resultou no cumprimento de 37 Mandados de Busca e Apreensão, cinco de Prisão Temporária e três de Sequestro de Bens. Governo do Brasil: Ministério da Cidadania, 29 abr. 2021. Disponível em: [<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-so> Acesso em: 02.07.2021.

FORIGO, Camila Rodrigues. Controle da corrupção na Administração Pública: Umaperspectiva através do compliance. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 153, p. 17-40, mar. 2019.

FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra; VOLPI NETO, Angelo. Inteligência Artificial e Governo Eletrônico. *Information Management*, São Paulo, p. 56-57, 1 mar. 2017. Disponível em: [<https://docmanagement.com.br/revista-information-management-58>]. Acesso em: 11.07.2021.

ISHIKAWA, Lauro; ALENCAR, Alisson Carvalho de. Compliance inteligente: o uso da inteligência artificial na integridade das contratações públicas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 57, n. 225, p. 83-98, jan.-mar. 2020. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril_v57_n225_p83]. Acesso em: 01.06.2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993 (LGL199378)*. 3. ed. São Paulo: Ed. RT, 2019. 6 Mb. e-PUB.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 5. ed. São Paulo: Ed. RT, 2018. 6 Mb. e-PUB.

LIMA, Edcarlos Alves. Aquisição de bens e insumos e contratação de serviços para o enfrentamento da emergência gerada pela pandemia do novo coronavírus. In: FLORIANO, Eduardo de Souza; CUNHA, Bruno Santos; TAVARES, Gustavo Machado (Coord.). *Direito municipal em debate*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. 5. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4188/4377/30179>]. Acesso em: 28.06.2021.

LIMA, Luiz Henrique. Direito Público de emergência e controle externo na pandemia da Covid-19: lições para o futuro? In: LIMA, Luiz Henrique; GODINHO, Heloísa Helena Antonacio M.; SARQUIS, Alexandre Manir Figueiredo (Coord.). *Os desafios do controle externo diante da pandemia da Covid-19: estudos de Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4109/4290/28264>]. Acesso em: 30.06.2021.

MADUREIRA, Claudio. *Licitações, contratos e controle administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4192>]. Acesso em: 30.06.2021.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 14, n. 56, p. 127-146, abr.-jun. 2014. Disponível em: [<https://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/96>]. Acesso em: 04.08.2021.

MENEZES, Beatriz Guimarães; VARGAS, Daniel Barcelos; RANGEL, Isa Mota. Dispensas de licitação durante a COVID-19: como os estados brasileiros motivam suas decisões? *Revista Estudos Institucionais*, v. 7, n. 1, p. 126-181, jan.-abr. 2021. Disponível em: [<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/607>]. Acesso em: 30.06.2021.

MILESKI, Helio Saul. A transparência da Administração Pública pós-moderna e o novo regime de responsabilidade fiscal. Revista Técnica dos Tribunais de Contas – RTTC, Belo Horizonte, ano 1, n. 0, p. 115-149, set. 2010.

NEVES, Eliane. Governo pagou R\$ 10 bilhões indevidamente de auxílio emergencial, diz CGU. UOL Notícias: Economia. Alagoas, Brasil, 21 jun. 2021. Disponível em: [\[https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/21/governo-pagou-r-10-bilhoes-indevidamente\]](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/21/governo-pagou-r-10-bilhoes-indevidamente) Acesso em: 02.07.2021.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de Covid-19. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Disponível em: [\[https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4057\]](https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4057). Acesso em: 28.06.2021.

NÃO ACOMPANHOU a CPI da Covid? Veja o que rolou até aqui: Relatos sobre tentativa de mudar a bula da cloroquina e sobre atraso na compra de vacinas da Pfizer e da Coronovac. Governo chegou a discutir, mas descartou intervenção em Manaus. G1: Política. Brasil, 15 maio 2021. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/15/cpi-da-COVID-principais-pontos.ghtml\]](https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/15/cpi-da-COVID-principais-pontos.ghtml). Acesso em: 30.06.2021.

NÓBREGA, Marcos; TORRES, Ronny Charles L. de. Processo administrativo e requisições: contratações públicas em tempos de pandemia e as lições para o desenvolvimento de um e-marketplace no Brasil. In: FERNANDES, Ana Luiza Jacoby; FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby (Coord.). Direito provisório: Espin – Covid-19 – Soluções para Temas Polêmicos. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: [\[https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4177/4363/29875\]](https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4177/4363/29875). Acesso em: 30.06.2021.

OPERAÇÃO da PF combate fraudes contra benefícios emergenciais: As ações estão sendo realizadas em oito estados. Agência Brasil. Brasília, 17 jun. 2021. Disponível em: [\[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/operacao-da-pf-combate-fraudes-contrabeneficiarios\]](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/operacao-da-pf-combate-fraudes-contrabeneficiarios) Acesso em: 02.07.2021.

OPERAÇÃO Nudus investiga fraudes em contratações emergenciais para compra de insumos hospitalares em São Paulo: PF identifica fraudes em compras de aventais descartáveis realizadas pela Autarquia Hospitalar Municipal da Prefeitura de São Paulo. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Polícia Federal. São Paulo: Comunicação Social da Polícia Federal em São Paulo, 6 ago. 2020. Disponível em: [\[https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/08-noticias-de-agosto-de-2020/operacao-nudus-investiga\]](https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/08-noticias-de-agosto-de-2020/operacao-nudus-investiga) Acesso em: 30.06.2021.

OPERAÇÃO Sangria: entenda a operação da PF que investiga desvios na saúde no Amazonas. G1 Amazonas. Manaus, 6 jun. 2021. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/06/02/operacao-sangria-entenda-a-operacao-da-pf-q\]](https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/06/02/operacao-sangria-entenda-a-operacao-da-pf-q) Acesso em: 29.06.2021.

PRESIDENTE Bolsonaro sanciona nova Lei de Licitações: Novo marco legal estabelece cinco modalidades de contratação e traz critérios de julgamento inéditos, além de tipificar crimes. Governo do Brasil: Ministério da Economia. Brasília, 5 abr. 2021. Disponível em: [\[https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/presidente-bolsonaro-sanciona-nova-lei-de-li\]](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/presidente-bolsonaro-sanciona-nova-lei-de-li) Acesso em: 30.06.2021.

RECK, Janriê Rodrigues; BEVILACQUA, Maritana Mello. O direito fundamental à boa administração pública como linha interpretativa para a Lei de Improbidade Administrativa. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 20, n. 79, p. 187-206, jan.-mar. 2020.

RIBEIRO PINTO, J. I.; FERREIRA PINTO, R. N. Regimes jurídicos excepcionais nas contratações públicas e compliance em tempos de pandemia. Revista Controle – Doutrina e Artigos, v. 19, n. 1, p. 296-333, 14 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v19i1.641>. Disponível em: [\[https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/641\]](https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/641). Acesso em: 24.06.2021.

SCHRAMM, Fernanda Santos. Compliance nas contratações públicas. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: [\[https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3890\]](https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3890). Acesso em: 30.06.2021.

SC perde 20 secretário por suspeita de fraude em compra de respiradores. UOLNotícias: Coronavírus. São Paulo, 11 maio 2020. Disponível em: [\[https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/11/sc-perde-2-secretario-por-susp\]](https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/11/sc-perde-2-secretario-por-susp) Acesso em: 30.06.2021.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. Inteligência Artificial auxilia fiscalização do TCU sobre compras relacionadas à Covid-19: Robôs rastreiam diariamente informações referentes a licitações e contratações. Já foram autuados 22 processos em valores que superam R\$ 220 milhões. Tribunal de Contas da União, 17 ago. 2020. Disponível em: [\[https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/inteligencia-artificial-auxilia-fiscalizacao-do-tcu-sobre-comp\]](https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/inteligencia-artificial-auxilia-fiscalizacao-do-tcu-sobre-comp) Acesso em: 02.07.2021.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; NUNES, Andréia Regina Schneider; KIBRIT, Orly. Transparência pública: construção da cidadania na sociedade da informação. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 1022, dez. 2020. Disponível em: [\[https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/39178\]](https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/39178). Acesso em: 25.06.2021.

SOLON MARQUINHO NOBRE, E.; COELHO AGUIAR, S. Lei 13.979/2020 (LGL20201068) e o regime emergencial da dispensa de licitação do coronavírus. Revista Controle – Doutrina e Artigos, v. 18, n. 2, p. 77-108, 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v18i2.631>. Disponível em: [\[https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/issue/view/32\]](https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/issue/view/32). Acesso em: 24.06.2021.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à Covid-19. Disponível em: [<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-e> Acesso em: 27.06.2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TCU e Transparência Internacional lançam guia de recomendações para contratações emergenciais em razão da Covid-19. Disponível em: [<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-e-transparencia-internacional-lancam-guia-de-recomen> Acesso em: 27.06.2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Centro de Apoio ao Direito Público. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei no 14.133/2021. São Paulo, 17 maio 2021. Disponível em: [<https://www.tjsp.jus.br/Download/SecaoDireitoPublico/Pdf/Cadip/Esp-CADIP-Nova-Lei-Licitacoes.pdf>]. Acesso em: 30.06.2021.

VALENTE, Jonas. Órgãos públicos usam inteligência artificial para combater corrupção: A tecnologia é usada para verificar contratos e licitações. Agência Brasil. Brasília, 3 ago. 2018. Disponível em: [<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/orgaos-publicos-usam-inteligencia-artificial-par> Acesso em: 30.06.2021.

VINHAS, Ana. Em um ano, PF abre 931 inquéritos sobre fraude do auxílio: Desde o início do programa, em abril de 2020, foram realizadas 332 operações, 44 prisões e R\$ 1 milhão de bens apreendidos. R7 Brasil: Economia. Brasil, 15 maio 2021. Disponível em: [<https://noticias.r7.com/economia/em-um-ano-pf-abre-931-inqueritos-sobre-fraude-do-auxilio-1505202> Acesso em: 02.06.2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Acesso em: 27.06.2021.

BRASIL. Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020 (LGL20202715). Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (LGL2000211), a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem 93, de 18 de março de 2020 (LGL20202478). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm]. Acesso em: 25.06.2021.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (LGL199378). Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm]. Acesso em: 23.06.2021.

BRASIL. Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (LGL20201068). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/13979.htm]. Acesso em: 22.06.2021.

BRASIL. Lei 14.133, de 10 de abril de 2021 (LGL20214412). Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm]. Acesso em: 27.06.2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Auxílio Emergencial. Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: [<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>]. Acesso em: 01.07.2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: [<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-COVID-19>]. Acesso em: 06.07.2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: [<https://COVID.saude.gov.br>]. Acesso em: 06.07.2021.

Published

2022-01-10

How to Cite

PIRATELLI, J. P. M.; NASCIMENTO NETO, J. O. do . Technology and innovation in public management: facing crises with transparency and popular participation under Law No. 13,979/2020: Technology and innovation in public management: facing crises with transparency and popular participation under Law No. 13,979/2020. **Journal of Public Law and Infrastructure** | RDAI, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 6, n. 20, p. 69–94, 2022. DOI: 10.48143/rdai.20.jp.piratelli. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/piratelli20>. Acesso em: 14 feb. 2022.

Issue

Vol. 6 No. 20 (2022)

Section

Administrative Law: Bidding and Administrative Contracts

License



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

This journal is licensed by (CC BY-NC-ND)

Submission and publication of articles are free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the COPE Editors' Guide; Committee on

Publication Ethics, in addition to the Elsevier and SciELO recommendations.
Check the Rules for the submission and evaluation of the RDAI.